

A (IN)EFETIVIDADE DAS MEDIDAS LEGAIS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Maria Gabriela Amaro Jacovozzi (Direito/Graduanda), e-mail:

mariagabrielaamarojacovozzi@gmail.com

Nathália Paulo Abellaneada Rodrigues (Direito/Graduanda), e-mail:

nathalia22abellanedada@gmail.com

Caroline Braga Belmont (Orientadora), e-mail: carolinebelmont.adv@gmail.com

Karine Aparecida Dias de Almeida (Co orientadora), e-mail:

karinealmeeida.adv@gmail.com

Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) Paranavaí ¹

Resumo: Este trabalho possui como objeto de estudo a violência contra as mulheres, tema de grande relevância e que vem sendo cada vez mais discutido, principalmente após casos repercutirem nacionalmente, como o feminicídio da advogada Tatiana Spitzner, em Guarapuava. O estado do Paraná foi escolhido como foco para essa pesquisa, que também abrange dados do país como um todo, tendo por objetivo analisar a (in)efetividade das medidas legais no enfrentamento à violência contra mulher no Paraná. O método empregado foi a pesquisa bibliográfica e documental. A partir dos resultados encontrados, com a análise dos números e as circunstâncias dos crimes, percebe-se que as políticas públicas existentes ainda não são suficientes para o enfrentamento da violência contra mulher.

Palavras-chave: violência, mulher, Paraná.

Introdução

Os diferentes tipos de violência que uma mulher pode sofrer em seu ambiente familiar e doméstico estão entre os principais motivos que preocupam movimentos de mulheres no nosso país. Para melhor compreensão deste tema, é necessário a exposição dos conceitos de gênero e patriarcado, que contribuem no entendimento da violência contra as mulheres na história. Vivemos em um mundo onde o homem é um ser que almeja o poder e a sensação de superioridade sobre o outro em diferentes situações e circunstâncias.

Segundo Bandeira e Almeida (2013), o termo gênero como categoria analítica, se dá na construção sociocultural do que é ser homem e do que é ser mulher, contrapondo-se ao determinismo biológico ao qual se atribuem as características binárias de gêneros. Já o patriarcado, conforme Saffioti (1987),

¹Projeto Estratégico financiado com recursos da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI – Fundo Paraná, vinculado a Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF)

trata-se da mais antiga estrutura social, o qual inferioriza o papel da mulher na sociedade ao longo dos anos.

Neste sentido, a violência contra mulheres inclui diversas práticas que são tipificadas pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), sendo elas: física, psicológica, patrimonial, sexual e moral.

Materiais e métodos

Utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica e documental por meio de revisão e pesquisas em relatórios sobre violência contra meninas e mulheres no Paraná, nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 (janeiro a abril), disponibilizados no site da Polícia Civil do Paraná. Dados como números de feminicídios, circunstâncias dos crimes e infrações penais mais registradas foram analisados e utilizados no decorrer do trabalho, assim como a Legislação Brasileira no que tange ao enfrentamento contra a violência e a proteção da mulher.

Resultados e Discussão

É fácil perceber que as mulheres têm alcançado um avanço no que diz respeito aos seus direitos a uma vida mais digna. Esses avanços são observados também na área jurídica, evidenciados por uma condição de cidadania igual à dos homens.

Entretanto, uma vasta quantidade de dados empíricos indica que são insuficientes os meios e investimentos nesse sentido por parte do governo e da sociedade, mesmo com a criação de diversas leis que visam a proteção do gênero feminino. Entre essas leis, podemos citar a mais expressiva e específica, a Lei Maria da Penha, que dispõe de soluções claras e precisas para o combate da violência doméstica e familiar contra as mulheres, a exemplo das medidas protetivas que possuem o objetivo de prevenir e coibir tais violência, socorrendo a ofendida e restando o autor da violência.

Existem ainda outras medidas de proteção à mulher, como os acordos entre os entes federados e os programas sociais que visam dar efetividade às previsões da Lei Maria da Penha, em parceria com o Poder Judiciário, Defensoria e Tribunais. Além, claro, das demais normas de proteção, como a Lei

do Feminicídio (13.104/2015), Lei do Minuto Seguinte (12.845/2012), a Lei nº 13.718 e 13.642 ambas de 2018, Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012) e a Lei do Sinal Vermelho (14.188/2021), entre outras.

Ocorre que na prática não existe uma aplicação conforme previsto em lei. Dados como os apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013, mostram que mesmo após a edição da Lei nº 11.340/2006, os números de violência doméstica só diminuíram em seu primeiro ano de vigor. Segundo a pesquisa, no período anterior a vigência da lei, entre os anos de 2001 e 2006, os números de mortalidade eram de 5,28 mortes por 100 mil mulheres. Já entre 2007 e 2011, os índices ficaram em 5,22 mortes a cada 100 mil mulheres. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021, apenas em 2020 as polícias civis registraram mais de 230 mil casos de lesão corporal dolosa por violência doméstica.

Os números do Anuário também revelam que no ano de 2020, 3.913 mulheres foram mortas no país. Destas, 1.350 foram vítimas de feminicídio. Já no estado do Paraná, de acordo com os dados divulgados pela Polícia Civil, nos relatórios anuais em 2019, foram registrados 95 feminicídios; já em 2020 o número caiu para 89, voltando a crescer em 2021, quando foram registrados 107 casos. A Região Metropolitana de Curitiba é a que apresenta maior número. Em todos esses anos analisados pode-se observar que na maioria dos casos, os crimes são cometidos na residência em que mora a vítima e dentro de uma relação íntima de afeto. São disponibilizados também relatórios mensais sobre violência contra meninas e mulheres. No corrente ano, os dados mostram que em janeiro foram registrados 13 feminicídios; 6 em fevereiro; 4 no mês de março e 7 em abril. Apesar do feminicídio ser o ápice da violência e a mais chocante, as mulheres também são vítimas de outros tipos de infrações penais. No mês de janeiro de 2022, ameaça está no topo do ranking de infrações penais com 2.577 registros; em segundo lugar está lesão corporal com 2.472; injúria com 1.064; vias de fato com 350 registros e em quinto lugar, descumprimento da medida protetiva com 210 casos. Já nos meses de fevereiro, março e abril, lesão corporal está no topo do ranking, seguida de ameaça; injúria; vias de fato e perseguição (*stalking*).

Logo, nota-se que, em que pese toda a previsão legal, não há garantia do acesso integral pelas mulheres às políticas públicas. Isso porque, oportunidades universais não podem ser alcançadas apenas por ações de caráter indistinto, uma vez que não superarão a desigualdade de gênero. Assim, é de suma importância que haja agilidade quanto a aplicação da Lei Maria da Penha e demais normas que buscam o combate à violência contra as mulheres, disponibilizando mecanismos eficientes na execução em desfavor do autor da violência. É necessário também que haja a conscientização das autoridades judiciais para que tal realidade seja mudada através de políticas públicas eficazes e medidas legais que realmente contribuam para a diminuição dos índices de violência contra o gênero feminino no Brasil.

Considerações finais

Diante de todo exposto e a abordagem do tema em questão, podemos visibilizar a ineficácia das medidas protetivas, referindo-se também a inexistência de cooperação e integração entre os órgãos públicos, mesmo com a previsão legal expressando o contrário. Pelo pesquisado, nota-se que o ponto crucial do aumento dos índices de violência contra as mulheres, mesmo com a existência de legislações e normas específicas, é a falta de efetividade da aplicação correta dessas leis.

Assim, faz-se necessária uma mudança na maneira de aplicação das leis que visam a proteção da mulher, com a criação de programas e projetos que buscam combater os diferentes tipos de violência que arruínam a dignidade da vida da mulher, não apenas com o disposto em lei, mas com ações preventivas, disseminação de informação e contato direto com as vítimas.

Referências

BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos. **Relações de Gênero, Violência e Assédio Moral**. Brasília, 2013.

BRASIL. Lei n.º 13.104, de 09 de março de 2015. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 10 de maio de 2022.

_____. Lei n.º 12.845, de 1º de agosto de 2013. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm. Acesso em: 10 de maio de 2022.

_____. Lei n.º 12.737, de 30 de novembro de 2021. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em: 10 de maio de 2022.

_____. Lei n.º 14.188, de 28 de julho de 2021. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14188.htm. Acesso em: 10 de maio de 2022.

_____. Lei n.º 13.718, de 24 de setembro de 2018. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm. Acesso em: 11 de maio de 2022.

_____. Lei n.º 13.642, de 3 de abril 2018. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13642.htm. Acesso em: 11 de maio de 2022.

DIAS, Maria Berenice **A Lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2021**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=11160&limit=20. Acesso em: 11 de maio de 2022.

POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ. **Relatório de violência contra meninas e mulheres**. Disponível em: <https://www.policiacivil.pr.gov.br/mulher>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia PL.; FRANÇA-JUNIOR, Ivan; PINHO, Adriana A. (2002). **Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde**. Revista de Saúde Pública, 36(4), pp. 470-477.